

DA LDB 9.394/96 AO PNE: PIBID UMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO

Ana Larisse do Nascimento Maranhão – UFC
la.maranhao@gmail.com

Francisca Jamilya Oliveira de Barros – UFC
jamyllia@hotmail.com

Neidyana Silva de Oliveira – UFC
anaydien@yahoo.com.br

RESUMO

A articulação entre teoria e prática nos cursos de formação de profissionais da educação é algo que vem sendo incentivado desde a LDB 9.394/96. Programas vêm sendo criados na tentativa de que desde o início de sua formação os educadores possam vivenciar o trabalho docente em contexto real. Dentre esses programas, destaca-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, que surge com o intuito não apenas de permitir experiências docentes, mas que, a partir delas os educadores possam realizar uma reflexão sobre suas próprias práticas. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma breve discussão sobre o papel do Pibid na formação docente a partir da articulação entre a LDB 9.394/96 e o PNE/2014. Para isso, realizamos uma revisão de literatura sobre formação docente como prática reflexiva e um estudo dos documentos legais ora mencionados. O estudo nos permitiu constatar que o Pibid é importante iniciativa no que concerne a formação docente em todas as suas etapas, tanto inicial como continuada. Consolidada-se ainda, como importante instrumento para a efetivação do perfil profissional que se destaca na LDB 9.394/96 e no PNE/2014, um profissional com base teórica e prática articulada capaz de promover práticas educativas que respondam as necessidades da escola pública.

Palavras-chave: PIBID. LDB 9.394/96. PNE.

1. Introdução

As discussões sobre a formação dos profissionais da educação adquiriu um novo enfoque com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). O art. 61 da presente lei determina:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (BRASIL, 1996)

A lei estabelece como característica do processo de formação a relação entre teoria e prática. Este processo deverá ocorrer não apenas durante a sua formação inicial, mas também durante todo o seu percurso como docente. Há, portanto, um movimento de mudança no que concerne à carreira e a identidade docente, do qual passa de uma perspectiva tradicional e engessada para o advento de novas perspectivas educacionais, que colaboram para a

promoção de um profissional docente crítico, capaz de pensar e refletir sua prática num processo de ressignificação de seu fazer enquanto educador.

Neste processo de mudanças na formação docente, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) aparece como proposta que leva a escola para a universidade e esta para a escola, onde ambos tornam-se espaços formativos articulados, tanto para a formação inicial de novos profissionais da educação, como também para a reflexão de práticas já consolidadas de professores em exercício.

O programa foi criado em 2007 com o intuito de incentivar a formação para docência de áreas pouco tradicionais como Biologia, Matemática, Física e Química. Em 2010, a política de âmbito nacional desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através do Decreto nº 7.219 de 24 de junho do referido ano, ampliou suas ações para todas as áreas de licenciatura (CAPES, 2010). Desde então o Pibid constitui-se como iniciativa para o aperfeiçoamento e valorização do profissional docente da escola básica tendo como objetivos:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (CAPES, 2010, s/p)

A partir dos objetivos propostos pelo programa, percebe-se que este coloca em destaque o desenvolvimento profissional do educador, tanto em sua formação inicial, bem como continuada. Percebemos um enlace no que diz respeito a uma formação em contexto, com base numa reflexão sobre a ação. Tal iniciativa se efetiva na articulação entre Instituições de Ensino Superior (estaduais e federais), escolas e sistemas de educação estaduais e municipais.

Além da LDB 9.394/96, temos ainda o Plano Nacional de Educação (PNE), instrumento criado pela lei nº 13.005/2014 que orienta a execução e aprimoramento de políticas públicas do setor educacional. O plano traz diretrizes e metas a serem cumpridas no

prazo de 10 anos entre elas temos a meta 15, que trata em específico sobre a formação docente e estabelece:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014, s/p).

Destaca-se que a formação do profissional do magistério deve ser em nível superior na área específica que atuam, e tem o prazo de um ano para ser cumprida. Contudo, é preciso ponderar que esta meta vem apenas enfatizar o que já havia sido firmado na LDBEN de 1996, duas décadas se passaram e tal objetivo ainda não foi alcançado.

Enquanto programa institucional e governamental, o Pibid encontra respaldo em dois dos principais documentos que norteiam os caminhos da educação no país, quais sejam: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação. Ambos propõem uma articulação entre teoria e prática na formação e relevância da experiência no desenvolvimento da prática docente bem como a formação inicial e continuada intimamente ligada ao contexto da ação pedagógica. Neste sentido, busca-se nesse trabalho realizar uma breve discussão que aponta o Pibid, enquanto perspectiva de formação docente que ganha impulso a partir da articulação entre a LDB 9.394/96 e o PNE/2014.

Neste sentido realizamos um estudo bibliográfico de textos teóricos que discutem a questão da formação docente, enquanto processo de reflexão na ação bem como o estudo de documentos legais, LDB 9.394/96 e o PNE/2014, como base de discussão e articulação ao Pibid, projeto de formação docente presente em todo o país.

2. Educação e Formação docente: reflexões

De acordo com Canário (2008) a escola vive hoje um momento de incertezas, cujo principal problema reside em três aspectos: em sua configuração histórica obsoleta; na falta de sentido para professores e alunos; e ainda, carece de uma real legitimidade social, ao ponto que reproduz e acentua desigualdades.

Neste aspecto, Farias e Rocha (2012) apontam que o processo de modernização social tem desenvolvido novos modelos de ensino e aprendizagem que circundam as práticas educacionais, estes necessitam de profissionais com capacidades e conhecimentos mutáveis em função das novas demandas da sociedade contemporânea.

O Pibid surge como uma proposta de inovação na formação de professores que busca a promoção da qualidade da educação básica. Desse modo, Farias e Rocha (2012, p. 46) propõe que o programa possa “constituir-se como política capaz de promover o desenvolvimento de uma profissionalidade docente sustentada por uma racionalidade pedagógica e uma práxis educativa voltada para a emancipação profissional e humana dos sujeitos nela envolvidos”.

O programa é constituído pela participação de diferentes sujeitos (estudantes de licenciatura – Pibidianos; Professores de escolas públicas – Supervisores; Professores de Licenciatura que coordenam projetos – Coordenadores de Área; Professor de licenciatura que auxilia na gestão do projeto – Coordenação de Área de Gestão de Processos Educacionais e o Professor de licenciatura que coordena o projeto Pibid na IES) que fazem parte das instituições envolvidas, aproximando escola e universidade enquanto ambiente de formação inicial e continuada, bem como de valorização profissional.

Na dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, as figuras do professor e do aluno tornam-se marcos dessa ação, que se dá não apenas em um ambiente físico, concreto, mas que coincide com os espaços sociais, com as relações que se manifestam em uma cultura, posto que “a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender [...]”. (BRANDÃO, 1993, p. 10).

A educação é expressa, assim, como uma ação cultural que pressupõe o desenvolvimento de uma consciência crítica. (FREIRE, 1970, apud FARIAS; NÓBREGA-THERRIEN e SILVA, 2010). Neste aspecto, Farias; Nóbrega-Therrien e Silva (2010, p. 57) destacam “o que ensinar” e o “sentido de ensinar”,

O primeiro faz referência aos conhecimentos a serem trabalhados na formação das novas gerações, os quais fomentam determinadas formas de pensamento e de ação, ou seja, constroem identidades. O segundo se reporta ao projeto educativo e social que se deseja fomentar e ser participe.

A partir dessa perspectiva Farias, Nóbrega-Therrien e Silva (2010, p. 57) apontam que o educador não pode se eximir dessa ponderação sobre “o que ensinar” e o “sentido de ensinar” para o desenvolvimento desse sentimento crítico, “pois seu trabalho como profissional lida, de diferentes formas, com o conhecimento, com a reprodução e produção cultural, [...]”. O professor é apontado aqui como o grande responsável pela produção e desenvolvimento de conhecimentos pedagógicos e é a partir desse comportamento que será possível gerar as mudanças necessárias aos processos de ensino.

Neste ponto, o professor, educador de consciência crítica, poderá visualizar a possibilidade de “elaborar e re-elaborar [sic] [...] sua própria prática”. (GUEDES, 2010, p.

93). “É no momento da ação educacional que se expressa a sabedoria do educador por meio da transformação de seu conhecimento em prática”. (ALLESSANDRINI, 2008, p.169).

Arelada ao desenvolvimento do seu fazer e refazer cotidiano é preciso considerar o professor como sujeito em constante formação. Entretanto, diante do Pibid, o professor passa a ser também partícipe no processo de formação inicial de futuros educadores, e estes encontram no programa um ambiente propício para a consolidação de uma formação reflexiva e crítica que alia a base teórica apreendida na universidade e as demandas que advém da escola.

Assim é “no ‘chão da escola’ que as políticas ganham vida e significado. Nesse contexto, estudantes e professores (escola e universidade) têm um papel a cumprir.” (FARIAS e ROCHA, 2012, p. 48)

3. Enlaces: LDBEN 9.394/96, PNE/2014 e Pibid

No que diz respeito à formação de professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, na seção que trata Dos Profissionais da Educação, no Art. 62, parágrafo 5º da LDBEN 9.394/96, incluído pela lei nº 12.796/2013, o Pibid é apontado como política de incentivo a formação de professores, assim coloca:

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

O programa também é destacado nas estratégias para alcançar a meta 15 do novo PNE. Dentre essas estratégias temos: “Ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica” e “Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica”.

Percebe-se, então, o incentivo a articulação entre teoria e prática na formação inicial do educador, para que este, desde o período da graduação possa vivenciar o trabalho docente em contexto real. Em consenso, Perrenoud (2008, p. 22) propõe que,

A formação de professores deveria ser orientada para uma aprendizagem por problemas para que os estudantes se confrontassem com a experiência da sala de aula e trabalhassem a partir de suas observações, surpresas, sucessos e fracassos, medos e alegrias, bem como de suas dificuldades para controlar os processos de aprendizagem e as dinâmicas de grupos ou os comportamentos de alguns alunos.

Esta aprendizagem por problemas da qual Perrenoud se refere, seria algo semelhante à proposta do Pibid, que, contudo, abrangeria não apenas uma amostra dos alunos de licenciatura, mas que contemplaria todos os alunos licenciandos numa revolução curricular. Uma proposta de aprendizagem que oportunizaria ao aluno vivenciar situações reais do trabalho docente.

Diante das circunstâncias analisadas concordamos com Perrenoud (2008) quando afirma que a formação de professores deve estar pautada em situações reais de ensino e aprendizagem. Esta experiência pode se constituir fundamental para que ainda em formação inicial o professor possa se confrontar com os fatores envolvidos na rotina de uma sala de aula e que conseqüentemente podem interferir no processo de ensino e aprendizagem.

A formação docente está diretamente relacionada a uma educação de qualidade, sendo algo que segundo Silva, Alves e Rocha (2016) deve ser reivindicado tanto por professores em formação inicial como por professores já formados, pois na concepção dos autores a compreensão da importância desse investimento é fundamental para que a escola possa oferecer uma aprendizagem significativa. De acordo com Nóvoa (1995) compreender que a formação docente refletirá diretamente na práxis faz parte de uma formação reflexiva e responsiva.

Tal iniciativa mostra que temos de estar “[...] conscientes da necessidade de articular, dialeticamente, as diferentes dimensões da profissão docente: científica, técnica, político-social, psicopedagógica, ética, estética e cultural.” (VEIGA, 2009, p. 21). Pois, formar “professores implica compreender a importância do papel da docência, propiciando uma profundidade científico-pedagógica que os capacite a enfrentar questões fundamentais da escola como instituição social, uma prática social que pressupõe as ideias de formação, reflexão e crítica.” (VEIGA, 2009, p. 25).

Indo além, Veiga (2009) coloca ainda que a tarefa do educador, como profissional docente, caracteriza-se não apenas pelo ato de educar, mas também de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. O professor é aquele profissional que deve carregar em seu fazer profissional múltiplos saberes que contribua com sua prática docente. Neste ponto, Perrenoud (2008, p. 23) afirma que

No máximo, a formação teórica permitiria ser aprovado nos exames e obter o diploma, enquanto a formação prática daria as bases para a sobrevivência na profissão. É preciso combater essa dicotomia e afirmar que a formação é uma só, teórica e prática ao mesmo tempo, assim como reflexiva, crítica e criadora de identidade.

Conseqüentemente, se as propostas de formação de professores transcenderem o sentido puramente técnico e visarem competências profissionais complexas como a habilidade investigativa sobre a (e na) prática, então serão necessariamente inovadoras.” (VEIGA, 2009, p. 39). O que nos leva a pensar no Pibid como uma proposta de formação para a docência de caráter inovador, posto que ponha em cheque a dicotomia entre teoria e prática na formação docente buscando ultrapassar tal paradigma, para uma formação adequada a uma práxis docente.

4. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo realizar uma breve discussão que aponta o Pibid, enquanto perspectiva de formação docente a partir da articulação entre a LDBEN 9.394/96 e o PNE/2014. Os documentos defendem uma formação inicial e continuada que tem como proposta central a articulação entre a teoria e a prática de preferência inserida em um contexto real de ensino.

O programa surge com o objetivo de estreitar a relação entre universidade e escola visando à formação docente com ênfase na ligação entre a teoria e a prática sendo uma perspectiva de formação capaz de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes que futuramente assumirão uma sala de aula.

A experiência otimiza a troca de saberes docentes entre professores em formação inicial e professores já formados, trata-se, pois da possibilidade dos estudantes das licenciaturas vivenciarem a práxis pedagógica antes da conclusão da graduação e com tempo hábil para que se possa refletir sobre o ideal e o real na atuação em sala de aula visando o aprimoramento não apenas da formação, mas também das oportunidades de aprendizagem oferecidas aos alunos.

O programa possibilita ainda uma formação colaborativa, uma vez que as atividades propostas serão acordadas entre bolsistas e professores regentes refletindo o respeito mútuo entre universidade e escola onde nenhuma das instituições assumirá o papel de detentora do conhecimento, já que deverá haver a troca de experiências e conhecimentos pedagógicos visando o favorecimento de um ensino e aprendizagem eficaz.

Desta forma, consideramos que o Pibid torna-se importante instrumento para a efetivação do perfil profissional que se destaca na LDBEN 9.394/96 e no PNE/2014, visto que, possibilita o graduando vivenciar experiências de ensino reais tomando conhecimento das suas dificuldades e dos desafios, além de contribuir na articulação entre a teoria e a

prática. Suas contribuições não se limitam ao estudante das licenciaturas, mas também aos docentes que são levados a refletir sobre os seus próprios métodos de ensino.

REFERÊNCIAS

ALLESSANDRINI, C. D. O desenvolvimento de competência e a participação pessoal na construção de um novo modelo educacional. In: PERRENOUD, P.; et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. Reimpressão 2008.

BRANDÃO, C. R. O que é educação? 28ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BRASIL. Lei nº 13.005 – Plano Nacional de Educação. Brasília-DF: 2014. (Observatório do PNE). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores>>. Acesso em: 05. jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 7.219 – Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Brasília-DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm>. Acesso em: 05. jul. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 9.9394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05. jul. 2014.

CANÁRIO, R. A escola: das “promessas” às “incertezas”. In: Educação Unisinos, São Leopoldo-RS, v. 12, n 2, p. 73-81, 2008. Disponível em: <http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/e107_files/downloads/transferencias/escola_das_promessas_as_incertezas.pdf>. Acesso em: 05. jul. 2014.

CAPES. Portaria nº 72, de 19 de abril de 2010 – Dá nova redação a Portaria que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Diário Oficial da União. Brasília-DF: 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria72_Pibid_090410.pdf>. Acesso em: 05. jul. 2014.

FARIAS, I. M. S.; ROCHA, C. C. T. PIBID: uma política de formação docente inovadora?. Revista Cocar (UEPA), Pará, v. 6, n 11, p. 41-49, 2012. Disponível em: <<http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/viewFile/212/183>>. Acesso em: 05. jul. 2014.

FARIAS, I. M.S; NÓBREGA-THERRIEN, S. M.; SILVA, S. P. Como a pesquisa integra os currículos de formação de professores no ensino superior? Configurações e dilemas. In: CARVALHO, A. D. F. Conversas pedagógicas: reflexões do cotidiano da docência. Teresina: EDUFPI, 2010.

GUEDES, N. C. Saberes da docência: contribuições epistemológicas na construção do ser professor. In: CARVALHO, A. D. F. Conversas pedagógicas: reflexões do cotidiano da docência. Teresina: EDUFPI, 2010.

NÓVOA, A. A formação dos professores e profissão docente. In: _____. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PERRENOUD, P. A formação dos professores no século XXI. In: _____; et al. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. Reimpressão 2008.

VEIGA, I. P. A. A aventura de formar professores. Campinas – SP: Papyrus, 2009. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).